

OS DISCURSOS ANTICOMUNISTAS DA IGREJA CATÓLICA NO LIMIAR DO GOLPE MILITAR DE 1964

Paulo Cantanheide¹

Resumo

A incompatibilidade doutrinária em torno do ateísmo proveniente do materialismo marxista submete, por si só, o catolicismo a uma postura anticomunista. Contudo, até para compreender as diferentes posturas sociopolíticas da Igreja Católica após a redemocratização do Brasil a partir da década de 1980, torna-se importante compreender o posicionamento dos diferentes grupos católicos frente ao comunismo nos anos que antecederam e precederam o golpe militar de 1964, quando o anticomunismo de matriz católica aparece como uma das principais estratégias de mobilização das massas para efetivação do Golpe. Diante disso, o presente trabalho, busca analisar as narrativas anticomunistas apresentadas pelos diferentes segmentos da igreja católica no período de eclosão do golpe militar de 1964. A análise será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como referência o trabalho de Mota (2002) e pesquisa documental cujas fontes serão os números de duas das principais revistas da instituição católica no período estudado: Revista Eclesiástica Brasileira (REB) e a Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), publicados no ano de 1964.

Palavras-chave: Anticomunismo, Igreja católica, Golpe militar, Discursos

Introdução

O trabalho desenvolvido por Mota (2002) analisa o anticomunismo de forma ampla na sociedade brasileira. O autor observa que o mais adequado seria falar em *anticomunismos*, visto que a reação da sociedade ao comunismo não se deu de forma homogênea, pois o fenômeno reuniu grupos com interesses políticos diversos. Ao apresentar o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo – tipificados nas figuras do clérigo, do militar e do empresário, respectivamente – como as matrizes ideológicas que mais contribuíram para a construção das representações do imaginário anticomunista, o autor evidencia a diversidade de grupos políticos envolvidos no processo. Em alguns casos, a única coisa que os unia era o combate ao comunismo como inimigo comum.

Neste trabalho, buscamos transferir essa observação do autor para a realidade de um dos grupos matriciais do ideário anticomunista no momento de eclosão do golpe de 1964, no caso, o catolicismo. Nesse sentido, o objetivo é identificar quais eram as diferentes posturas frente ao comunismo presentes no interior da Igreja Católica no período do Golpe Militar de 1964.

1 Doutor em educação (UEG – Campus Cora Coralina, paulo.ferreira@ueg.br)

A revista **REB**, em sua edição de março de 1964, ao apresentar o livro de Michel Schooyans, intitulado *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*, adverte que o autor chama atenção para a falta de integração dos diversos grupos católicos no combate ao comunismo. Isso fica evidente no seguinte trecho do editorial ao comentar a obra:

O autor inicia suas considerações apontando certos erros comumente encontrados entre nós, católicos, na maneira de encarar e combater o comunismo: “é um absurdo contrapor simplesmente a doutrina social da Igreja, de natureza teológica, sem levá-la à prática, ampliando-a concretamente. Não se pense, por outro lado, que o perigo comunista que nos ameaça repouse em fatores externos: o perigo é interno e os condutores desse perigo não são tanto os proletários como os universitários. Entre as soluções apresentadas aparece a necessidade de um esforço conjunto para obter um desenvolvimento integral e homogêneo de todo o país.” (Schooyans, 1963, apud Editorial, *REB*, v. 24, fasc. 1, março de 1964, p. 277)

Percebe-se aí uma preocupação com a unidade do catolicismo no que se refere ao combate ao comunismo, preocupação direcionada sobretudo ao público universitário, majoritariamente católico à época, e a parte da classe trabalhadora. A inquietação expressa por Schooyans (1963) revela não apenas a heterogeneidade de posturas no combate ao comunismo, mas também certa disposição para o diálogo com ele por parte de proletários e estudantes universitários. Ao frisar que não basta dar a conhecer a doutrina social da Igreja, de natureza teológica, mas levá-la à prática, o autor parece conchamar os católicos a uma espécie de coesão militante contra o comunismo. Isso porque já percebia uma prática social, sobretudo no meio estudantil católico, que o aproximava do comunismo; além disso, o meio operário católico, por sua proximidade com o movimento sindical, não deixava de sofrer influências das ideias marxistas presentes nesse ambiente.

Ao analisar as fontes de pesquisa: a Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)² e a Revista Eclesiásticas Brasileira (REB)³, vê-se que os números publicados no ano de 1964, apresentam pelo menos quatro diferentes posturas do catolicismo brasileiro frente ao comunismo.

² Revista cujo objetivo era realizar a comunicação entre as diferentes congregações religiosas católicas presentes no território brasileiro, criada em 1956. O periódico era mensal e publicou de janeiro a dezembro de 1964, números que foram analisados nessa pesquisa

³ Uma das mais conhecidas revistas da hierarquia católica brasileira, criada em 1941, Coordenada pela Ordem dos Frades Menores (OFM) de Petrópolis. Surge como o objetivo proporcionar a comunicação e articulação do clero católico disperso pelo imenso território brasileiro. Em 1964 o periódico publicou trimestralmente em quatro fascículos: março, junho, setembro e dezembro; os quais foram analisados nessa pesquisa

Recorrendo à Bourdieu (2001) pode-se inferir que o trabalho realiza uma análise do campo católico em relação ao comunismo, por ocasião do Golpe Militar de 1964, visto que a pesquisa identifica certa disputa e tensionamento no interior do catolicismo brasileiro na conjuntura estudada. Eis os grupos de maior expressão: a massa católica, identificada no trabalho de Mota (2002) como principal sustentáculo do imaginário anticomunista; a hierarquia da igreja católica, grupo de líderes religiosos católicos responsáveis por proteger a instituição contra o comunismo; um grupo de intelectuais católicos dispostos a estabelecer um diálogo entre marxismo e cristianismo no intuito de propor uma transformação da sociedade diante das contradições do liberalismo e por fim; a juventude católica, que via a possibilidade de parceria com o comunismo em vista do confronto com o liberalismo.

1. Massa católica: sustentáculo do imaginário anticomunista.

A narrativa anticomunista como estratégia de mobilização das massas em vista da efetivação de interesses políticos, talvez seja um dos mais antigos artifícios utilizado pelos políticos brasileiros depois da proclamação da república. De acordo Mota (2002) os dois momentos de maior intensidade da narrativa anticomunista aconteceram na década de 1930, como refluxo da intentona comunista de 1925 e na década de 1960 como uma espécie de reação à chegada do comunismo na América Latina por meio da experiência de socialismo real da Revolução cubana de 1959.

Percebe-se que os dois momentos de intensificação das narrativas anticomunistas foram precedidos por ações políticas concretas em vista da implantação do socialismo (Intentona comunista e Revolução cubana) e tiveram como consequência a implantação de ditaduras: em 1937, quando era pra Getúlio Vargas convocar eleições presidenciais para o ano seguinte, ele se vale da cadeia nacional de radiodifusão e se comunica diretamente com a população alarmando-a sobre iminência da implantação daquilo que ficou conhecido como plano **Coen**, que se tratava de uma suposta ação orquestrada pelos comunistas para a tomada do poder no Brasil, com isso Getúlio implanta a ditadura do estado novo permanecendo no poder por mais oito anos; a adesão popular ao golpe militar de 1964, Também se dá em consequência de uma chamada das massas a uma reação imediata contra o perigo vermelho que estava próximo.



No cenário político de 1964 o ator social que mais contribuiu para o impulso da narrativa anticomunista foi à igreja católica como podemos conferir nessa nota do editorial da Revista Manchete publica em abril de 1964:

“A marcha da família com Deus pela liberdade” transformou-se, no Rio de Janeiro, numa verdadeira homenagem às forças armadas, ao ser anunciada a presença do general Olímpio Mourão Filho, de destacada atuação nos recentes acontecimentos. Também compareceram os Marechais Dutra, Magessi, Mendes de Moraes e Segadas Viana. A incalculável multidão concentrou-se ao lado da Candelária, com imagens, terços, bandeiras e cartazes anticomunista. E dali deslocou-se para a Esplanada do Castelo, onde renovou a impressionante demonstração de fé católica e de confiança no Brasil” (Editorial da Revista Manchete, abril de 1964, p.04)

Conforme a nota do editorial da Revista Manchete, o principal palco das mobilizações anticomunista é o Rio de Janeiro, naquele momento governado por Carlos Lacerda, político católico de extrema direita, ferrenho opositor das ideias de esquerdas e grande difusor da narrativa anticomunista. Vai ser desse mesmo ambiente que vamos assistir uma verdadeira convocação de Dom Jaime de Barros Câmara então cardeal do Rio de Janeiro, para a mobilização anticomunista.

Em uma crônica intitulada “A revolução de abril e as Comprovantes da subversão comunista”, o editorial da REB apresenta a Igreja Católica como poderoso agente de mobilização das massas naquele momento. Após denunciar a linha comunista do Governo de João Goulart, que segundo o editorial havia reatado relações com a Rússia e estava entregando o país nas mãos dos comunistas, encontra-se a seguinte declaração:

Mas contra este plano de comunização levantaram-se a igreja, a imprensa nacional e o Exército (CF. REB 1964 p. 207). No Rio, Dom Jaime quase que semanalmente denunciava as tramas vermelhas e concitava os brasileiros a formarem "um bloco único de resistência " e a ficarem apostos, prontos para repelir qualquer investida dos inimigos da Pátria e da Religião" (REB, v. 24, fasc. 2, junho de 1964 p. 493).

O trecho acima também coloca em evidencia o entendimento do comunismo como um inimigo comum a ser derrotado, além de reforça protagonismo da Igreja Católica do Rio de Janeiro no processo de mobilização das massas contra o comunismo.

Na mesma sessão de crônica eclesiástica, em uma crônica intitulada Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o editorial da revista sugere que houve uma correlação de força direta entre a Igreja e as mobilizações realizadas pelo Governo João Goulart que tinha como entidade mobilizadora naquele momento a CUTAL – Central

Única de Trabalhadores da América Latina. Naquele mesmo ano ao tentar realizar um congresso de trabalhadores em Belo Horizonte a CUTAL enfrentou resistência por meio de passeatas de protesto contrária à realização do Congresso mobilizadas pelo então bispo de Belo Horizonte Dom João Resende Costa (Editorial REB, v. 24, fasc. 1, Março de 1964 p. 208-209).

Fica evidente que a marcha da família com Deus pela Liberdade foi uma reação às mobilizações que vinham sendo realizadas pelo governo e pelas entidades de esquerda, podemos observar isso no seguinte relato da crônica:

O comício da Guanabara, que se constituiu, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, num "atentado à Constituição e numa ameaça ao regime democrático", foi impactuoso na opinião pública do país. Jamais um Presidente reunira 120.000 pessoas em praça pública para acertar "os planos de uma conspiração e a derrubada de um regime". Diante desta provocação, foi como revide que o povo paulista e brasileiros saiu as ruas da capital de São Paulo, apenas seis dias depois, em 19 de março, para a primeira "Marcha da Família com Deus pela Liberdade. (REB, v. 24 fasc. 2 junho de 1964)

O discurso religioso permeou toda argumentação acerca das mobilizações contra o comunismo, conforme podemos conferir neste relato do editorial da REB:

E aquele meio milhão de democratas testemunharam no nome de Deus seu repúdio ao comunismo e seu apego à democracia e sua fé na religião. [...] O povo testemunhava assim coragem e prontidão na defesa de seus ideais e disposição para preservar sua fé e suas melhores tradições cristãs. As faixas, melhor do que os discursos, proclamavam as convicções dos participantes: democracia tudo, comunismo nada — Kremlin não compensa! — Cristo contra o Comunismo — O civismo constrói, o comunismo destrói — verde e amarelo, sem foice sem martelo! — abaixo os pelegos comunistas — Nossas igrejas não serão fechadas! Escolas livres e sem contaminação! Queremos governo cristão! (v. 24 fasc. 2 junho de 1964 p 496)

Fica evidente que a simbologia da religiosidade católica conjugada aos enunciados anticomunistas emitidos nas faixas e cartazes da mobilização popular para o golpe, são a expressão de um imaginário que fora construído historicamente cujo catolicismo aparece como a mais destacada matriz fornecedora de representações, conforme afirma Mota (2002).

2. Hierarquia Católica: proteção da instituição religiosa

A postura da hierarquia católica diante do comunismo por vezes parecia tanto quanto ambígua, pois, já nos primeiros meses do Golpe, ao mesmo tempo que a Igreja

se via na obrigação de proteger a doutrina e a instituição católica do avanço do comunismo -- visto que o avanço deste último implicaria na redução ou até sumiço da presença católica na sociedade brasileira -- não compactuava com a injustiça social e a pobreza produzida pela hegemonia do liberalismo. Além disso se recusava a dar carta branca para o novo regime exercer a violência que lhe era própria, até porque alguns fiéis e membros da hierarquia já estavam na mira dos militares desde os primórdios do regime. A primeira manifestação da CNBB publicada pela revista da CRB sobre o Golpe Militar é uma nota datada de 29 de maio de 1964 que já evidencia bem a corda bamba em que se equilibrava a hierarquia católica perante o regime militar.

Observa-se que em um primeiro momento a nota busca tecer verdadeiro agradecimento aos militares pela tomada do poder como podemos conferir no trecho que segue: "atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse à implantação do regime bolchevista em nossa terra " (CRB julho de 1964, p. 403). Curiosamente a nota não se refere ao afastamento do perigo vermelho e tampouco à ruptura de um processo democrático, mas ao impedimento da implantação do comunismo no Brasil.

Nos trechos que segue a nota continua agradecendo aos militares pelo feito, porém, já procura amenizar a condenação dos culpados e manifestar desacordo ao modo hostil como alguns membros da igreja e instituições católicas tem sido tratados pelo regime:

Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação [...] Que os acusados tenham o sagrado Direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vindita.[...] "Mercê de Deus, muito nos tem tranquilizado a palavra oficial, quer do Comando Revolucionário, logo após a vitória, quer do Senhor Presidente da República, desde que, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu toda a responsabilidade de supremo magistrado. Contudo, ao reconhecer as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores intenções do Governo, cumpre nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis. [...] Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações, como por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB) sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve às vezes à própria tática comunista, outras vezes a certos

elementos inconformados com atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais (CRB julho de 1964 p. 404).

Duas constatações são evidenciadas neste trecho da nota. Primeiro que para a hierarquia católica, diferentemente de outros grupos que ajudaram formar a base do imaginário anticomunista, se opor ao comunismo não implicava necessariamente apoiar o liberalismo e compactuar com uma gama de injustiças sociais provenientes do mesmo. A segunda constatação que se pode fazer é que a estratégia usada pelos agentes do Regime Militar; mais tarde passada para a maioria de seus defensores de tendência liberal, de tachar de comunistas aqueles que gritam contra a desigualdade e as injustiças sociais, como uma forma de desmoralizar todo aquele que assume uma postura de oposição; já se fazia presente naquele momento em que, para o senso comum, o comunismo era visto como uma imoralidade, o que persiste até os dias de hoje.

Uma peculiaridade do pensamento prevalecente na hierarquia católica naquele momento era a de que a opção pelo comunismo seria consequência das injustiças existentes na sociedade, porém, nem sempre se concebia tais injustiças como frutos das contradições capitalistas, o que culminava na proposição de um idealismo social ancorado nas conversões individuais:

Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas, esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o Espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas (Revista da CRB julho de 1964, p. 405)

O pontificado de Leão XIII é bastante emblemático para a análise do posicionamento do clero católico frente ao comunismo e as questões sociais em geral. Pois ao mesmo tempo que sua primeira encíclica *Quod apostolici Muneris* de 1878, ele é também o primeiro a escrever uma encíclica de caráter eminentemente social, a *Rerum Novarum* de 1891, que marca a origem da Doutrina Social da Igreja Católica. Documento que denuncia o descaso do liberalismo econômico pelos direitos de base da classe trabalhadora. Percebe-se aqui que no bojo do anticomunismo parte do catolicismo acaba despertando para o engajamento social, pois em suas encíclicas, os papas, percebendo a forte atuação social dos partidos comunistas, acabam reclamando o estado

e o católicos para atuação no meio social visando anular ação dos comunistas (Patto, 2002). Isso reflete também na postura de parte do clero brasileiro no momento de eclosão do Golpe Militar.

O espírito de enfrentamento à repressão, próprio das místicas religiosa, também já se fazia presente na instituição católica desde a origem do Golpe, podendo ter variado entre os indivíduos que a compunham, conforme se pode observar nesse trecho da mesma nota da CNBB: [...] “Não nos curvaremos, porém, as injunções da política partidária, nem as repressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça” (CRB julho de 1964 p. 405).

Diferentemente do que expressava a grande massa de fieis católicos, para a hierarquia católica nem sempre o anticomunismo implicava exorcizar todo o pensamento de esquerda. Em uma matéria na revista da CRB, sobre os critérios para a abertura de novas fundações religiosas, o padre Tiago Cloe aponta como pré-requisitos para tais fundações, a ajuda sistemática às regiões espiritualmente subdesenvolvidas. Na sua concepção, o Nordeste brasileiro seria uma dessas regiões espiritualmente subdesenvolvidas. De modo que, no decorrer da matéria, ele apresenta o Plano de Pastoral do Nordeste, na época coordenado por Dom Eugênio Sales, fazendo a seguinte apreciação do mesmo:

[...] o já mencionado Plano da Sudene, elaborado para o desenvolvimento da região, está na sua fase inicial de realização. Sendo de inspiração materialista e esquerdista — sem ser por isso comunista — exige este plano, da parte da igreja Nordeste a particularíssima atenção. Isso levou o episcopado do Nordeste a incluir esta região toda em um único plano pastoral que acentua, além do aspecto estritamente religioso, também os sócio, econômicos. (CRB maio de 1964, p. 266)

Esse trecho revela a veemente negação do comunismo por parte da hierarquia católica em plano teórico-doutrinário, porém, demonstra certa abertura para o diálogo com setores da esquerda na perspectiva político-pastoral. No que se refere ao anticomunismo da hierarquia católica é importante destacar, na análise das fontes, que a postura de uma parte significativa do clero não se diferenciava em nada à postura da grande massa de fieis católicos em relação ao comunismo, sendo aqueles os encarregados de ajudar na doutrinação anticomunista desse últimos em nome da Igreja oficial. A análise documental deve passar necessariamente pela observação de que quem

elaborava os documentos oficiais da instituição era capaz lançar um olhar crítico sobre a realidade social vigente. Considerando que os fieis católicos que estabelecem uma interlocução com a alta hierarquia da Igreja é uma minoria, a crítica ao sistema liberal e ao regime ditatorial pouco atingiu a grande massa de fiéis católicos.

Ver-se, portanto, que na aurora do Golpe como nos dias atuais a radicalização do anticomunismo católico passa, dentre outras coisas, pela formação do clero católico.

3. Um grupo de intelectuais católicos: Diálogo marxismo x cristianismo.

O terceiro grupo que identificamos na análise das fontes, é o que estamos definindo como um grupo de intelectuais católicos dispostos a estabelecer um diálogo entre Marxismo e Cristianismo em uma tentativa de cristianizar conceitos chaves do marxismo como revolução e dialética. Isso pôde ser observado na sessão de comunicação da revista eclesiástica Brasileira de março de 1964, quando Frei João Batista dos Santos escreve um breve artigo em que ele faz menção a um dos seus livros cujo título é “A revolução do Cristo”. Para nossa análise merece destaque os seguintes trechos:

[...]” falar em revolução é quase sempre fazer correr um calafrio pela espinha de muita gente boa. Acho que nós católicos devemos perder o medo das palavras e cuidar um pouco mais das realidades que elas têm por função de exprimir” [...] Marx sonhou com uma ré-evolução, ou seja uma ação violenta do proletariado que fizesse voltar à humanidade ao paraíso Perdido, mas ele não percebeu que o que ele chama de dialética ou a marcha construtora da história, ele a inverteu totalmente. Pois a revolução que ele pensou ser uma marcha triunfante para frente, é na realidade uma marcha para trás, em direção a um paraíso que não mais poderá reviver. A porta está fechada e guardada, nunca ninguém lá entrará. A humanidade deseja a revolução sim, mais uma revolução para frente. Ela deseja ardentemente ver-se livre de uma opressão, que não é só uma pressão externa qualquer, mas sobretudo interior, a opressão do mal essencial que é o pecado. Só depois de liberta desse mal é que ela poderá caminhar para a felicidade definitiva que começa já neste mundo e se completa no outro.

(REB, v. 24. Fasc. 1, março de 1964, p.124-125)

O autor utiliza categorias das línguas clássicas presente na Bíblia; com *shû-Shevût* (promessa de Deus em um futuro melhor na terra prometida) do hebraico e *Metanoia* (transformação radical) do grego; para dialogar com conceitos do universo marxistas como utopia e revolução. Em seguida conclui que a verdadeira revolução é a revolução de Cristo, “pois só ela faz voltar o homem do estado de opressão, que não é exterior a êle, mas interior, para a condição livre dos filhos de Deus” (REB, v. 24. Fasc.

01, março de 1964, p.124). Implícita a esta reflexão está a ideia que a revolução verdadeira só é possível em plano transcendental e que sociedade real pode se tornar um reflexo dessa revolução quando a maioria dos seres humanos passarem por um processo de revolução interior, libertando-se do pecado que macula a sociedade. Em abra espaço para a compreensão da injustiça social como pecado a ser superado pela conversão dos indivíduos, esta abordagem ainda situa-se demasiado distante da perspectiva de transformação social do marxismo.

Vamos perceber uma relação um pouco mais estreita entre marxismo e cristianismo na obra *Evangelho e Revolução Social*, publicada em 1962 por Frei Carlos Josphat. Nela o autor analisa o Evangelho de Cristo como impulso para o desenvolvimento de uma espiritualidade capaz de levar o crente a empenhar-se pela transformação da sociedade na história com os recursos da técnica moderna. Isso porque a caridade cristã

Que é fonte de todas as virtudes, passa a inspirar e animar a justiça em sua expressão suprema de modeladora do todo social: esta passa a ser para a comunidade o que a saúde é para o corpo; visa organizar a sociedade segundo as exigências do bem comum nesse momento histórico, de maneira que se repartam equitativamente as vantagens e os encargos em todos os domínios: econômico, político, cultural, educacional, e de modo geral em todo domínio social (Josaphat, 2002, p.18).

Ao integrar a justiça social à caridade cristã à luz de uma leitura histórico crítica do Evangelho, diferentemente de João Batista (1964), Josaphat (1962) postula que a renovação cristã é integral, ou seja: interna e externa. O autor adverte para o risco do cristianismo não realizar uma leitura dialética da realidade capaz de contemplar os mistérios divinos e atuar junto aos problemas humanos a um só tempo. Defende que a revolução cristã começa na transformação das consciências individuais e se estende à transformação de todas as estruturas da sociedade.

Assim como alguns intelectuais católicos estabeleciam dialogo com o marxismo em perspectiva de uma corroboração favorável à erradicação das injustiças sociais e à transformação social, outros confrontavam as categorias de análise marxistas com o cristianismo a partir de uma abordagem radicalmente anticomunista.

4. Juventudes Católicas: parcerias e militância em vista de transformação social.



Em 1929 o Papa Pio XI lança as bases para um diálogo mais profícuo entre o catolicismo e o mundo moderno por meio de um movimento eclesial denominado Ação Católica. Inspirada nas ideias de um cristianismo social apresentadas por Leão XIII em fins do século XIX, a Ação Católica destacava a necessidade da atuação do laicato católico na sociedade e sua atuação nas esferas políticas e econômicas. Sob a orientação do episcopado os leigos católicos deveriam levar a influência cristã para todos os espaços sociais onde atuavam (Besen, 2012).

No Brasil a ação católica adquire maior impulso a partir de meados da década de 1930. Entre a juventude foram criadas a (JAC) Juventude Agrária Católica, a (JEC) Juventude Estudantil Católica, a (JOC) Juventude Operária Católica e (JUC) Juventude Universitária Católica. Entre as décadas de 1940 e 1960 esse movimento juvenil católico, por meio do método Ver – Julgar – Agir, constituiu-se em verdadeira escola de formação política da qual surgiram políticos conservadores, reformistas e revolucionários (Besen, 2012).

As fontes revelam que dos grupos católicos o que estabeleceu uma interação mais próxima com o comunismo foi o composto pelas juventudes, a ponto de alguns setores estabelecerem quase uma parceria em vista de um ideal de transformação social.

Na coluna sobre comunicação da revista REB de março de 1964 o Monsenhor Frederico Didonet, por meio de um artigo intitulado “Confiança nos movimentos especializados”, faz um relato de experiência na qual participou de vários encontros nacionais da (JEC) Juventude Estudantil Católica e da (JUC) Juventude Universitária Católica. No referido relato o autor conclama à Igreja do Brasil compreensão e a paciência para com a juventude, que de alguma forma estabelecia diálogos com a esquerda e mesmo com as entidades defensoras do comunismo. Desse relato de experiência faz-se oportuno extrair os seguintes trechos:

Ah, na verdade, um certo unilateralismo em muitos de nossos jovens, que, denunciando e criticando o capitalismo liberal, parece esquecer que o comunismo é perigo igual ou maior, chegando mesmo a preferir a colaboração com marxistas. Discordando deste unilateralismo, que muitos deles já estão reconhecendo falho, poderíamos também perguntar porque do outro lado não se condena da mesma forma a visão unilateral dos que só combatem o marxismo, fruto do capitalismo que é causa do mundo de injustiça que estamos vivendo. Talvez seja esta uma das causas da atitude unilateral dos primeiros. Do outro lado pode-se dizer que é difícil encontrar um jovem impermeável ao diálogo, com o qual não se possa chegar a um uma posição de equilíbrio (REB, v.24. fasc. I, março de 1964, p. 122).

Certamente, perante a formação crítica da classe estudantil, o autor prefere assumir a posição daqueles clérigos que preferem estabelecer diálogo com a juventude do que correr o risco de perdê-la. A reflexão ajuda a perceber que aos poucos vai-se percebendo que as juventudes constituem um grupo em disputa na batalha contra o comunismo que desperta preocupação tanto entre os anticomunistas radicais como entre os moderados.

Vê-se, portanto, que naquele momento havia um protagonismo político das juventudes católicas que aparecia como o ponto central na constituição do campo católico em torno da relação da instituição religiosa com o comunismo. A parte do relato que segue demonstra haver uma interface entre a ação da juventude e a postura do grupo de intelectuais católicos que buscavam ressignificar as terminologias marxistas em favor de um diálogo com o cristianismo. Por outro lado a postura das juventudes estabelecia um tensionamento com a hierarquia eclesiástica e quase que uma ruptura com o senso comum católico que sustentava o imaginário anticomunista:

Ah, do outro lado, por parte de alguns ou de muitos, uma certa desconfiança para com os movimentos da ação católica, porque nele se fala em processo revolucionário ou revolução brasileira. E para condenar o uso de tais expressões, argumentam com João XXIII, o qual ensina expressamente que as transformações ou reformas não devem processar-se por revolução mas por evolução. Respondemos dizendo que numa época de transformações radicais como a nossa e que os termos facilmente assimilam ou adquire novos significados, antes de qualquer condenação, é preciso ver o que se entende por tais vocábulos ou expressões. A palavra revolução, que em sua etimologia não implica necessariamente processo violento já adquiriu um conteúdo positivo de transformação pacífica "[...] F. Nossos jovens estão mantendo um grande esforço de superação, que chegará a desejada posição de equilíbrio. [...]. "Nossos jovens estão mantendo um grande esforço de superação, que chegará a desejada posição de equilíbrio [...]. "Eu volto otimista dos encontros regionais da ação católica otimista diante do lastro precioso e amadurecido de militância cristã que já existe nos movimentos juvenis" (REB v. 24 fasc. I, março de 1964 p. 123)

Outra preocupação para com a juventude, dessa vez emitida por alguém da ala conservadora da Igreja, está na coluna sobre apreciações de publicações da revista REB de março de 1964. Nela o editorial da revista destaca a publicação do livro de Sônia Seganfredo, intitulado "UNE, Instrumento de Subversão", publicado em 1963. Sobre a obra o editorial da revista faz a seguinte apreciação:

o fato da UNE ter deixado de ser uma instituição estritamente estudantil para formar o centro diretivo impulsionador da propaganda comunista no Brasil não é mais novidade. [...] "por isso esse livrinho que apresenta uma série de reportagens sobre as atividades



subversivas da UNE ainda é de grande interesse, principalmente para aqueles que trabalham entre a juventude universitária. Iniciando com o histórico da UNE a autora, uma estudante que reagiu de dentro do meio estudantil, mostra como foi deturpada a finalidade da instituição que passou a ser entidade política e marxista. Relata fatos espantosos e não esconde nomes e falcatruas de pessoas importantes em nossos meios políticos. Enfim é o depoimento de alguém que viveu tal meio e teve a coragem de reagir não aceitando a doutrinação que lhe queriam impor (REB v. 24 fasc. I, março de 1964 p. 279).

Mesmo não sendo a UNE – União Nacional dos Estudantes, uma entidade católica, a maneira como o editorial da revista REB se refere à aquela organização estudantil revela o grau de aproximação entre o meio estudantil e as organizações políticas de esquerda, assim como o incomodo que tal aproximação causa no meio católico. Não é fácil precisar as reais consequência da aproximação entre as juventudes católicas e o comunismo, dado os diferentes graus de relacionamento de pessoas e organizações juvenis com o comunismo naquele momento.

Analisando a biografia de políticos, militantes de movimentos sociais e profissionais de diversas áreas que atuaram ativamente na sociedade brasileira no processo de redemocratização do país e até as três primeiras décadas posteriores, veremos que um numero significativo deles receberam algum tipo de influência dos movimentos juvenis ligados à Ação Católica e, como bem observa Besen (2012), dentre eles encontram-se conservadores, reformistas, e revolucionários. Diante disso, talvez não seja exagero informar que a experiência dessa geração deixou um legado para a democracia brasileira.

Conclusão

As posturas políticas adotadas pelos grupos católicos apresentados neste trabalho no limiar do Golpe Militar de 1964 continuam presentes no interior da Igreja Católica, porém, não mais assentadas estritamente em cada um dos grupos aqui apresentados, Pois o processo histórico desenvolvido do golpe de 1964 à redemocratização do país, marcada pela promulgação da Constituição de 1988, mudou de forma significativa o campo religioso católico em relação ao discurso anticomunista.

O imaginário anticomunista ainda permanece presente e uma ala conservadora do catolicismo composta por representantes do clero e do laicato. Despertou atenção nas redes sociais um vídeo de 31 de agosto de 2025, em que Dom Odair Jose Guimarães, Bispo de Formosa-GO, ao proferir uma benção em um encontro religioso realizado em

Brasília, utilizou o seguinte texto: "Pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, venha sobre vós a bênção que nos impede de ter fome, guerra, doença e o comunismo", sendo aplaudido por uma multidão de fiéis. (Portal G1- 01/09/2025).

Embora o discurso tenha sido proferido por um bispo, em geral a alta hierarquia católica já não vê mais no comunismo uma fonte de preocupação. Os grupos que estabeleciam diálogos com o comunismo no momento do golpe — estudantes e intelectuais progressistas — no decorrer do processo passaram pela experiência das Comunidades Eclesiásticas de Bases (Ceb's), das Pastorais Sociais da Igreja Católica e da Teologia da Libertação: movimentos católicos que tiveram seu auge entre as décadas de 1970 ao início dos anos 2.000 e que, embora hoje encontram-se em fase de franco arrefecimento, deixaram como legado uma ala politizada e/ou progressista do catolicismo.

Seguindo a linha de raciocínio desenvolvida nesse trabalho, Não poderíamos concluí-lo sem conjecturar sobre uma terceira onda de manifestação do imaginário anticomunista iniciada por volta de 2016. Guardada as devidas mudanças históricas em relação ao que aconteceu nas décadas de 1930 e 1960, vale ressaltar que essa última intensificação das narrativas anticomunista, curiosamente, também teve como desdobramento uma tentativa de golpe que, diferentemente das ondas anticomunistas anteriores, não se concretizou, o que pode ser compreendido pelas mudanças históricas (estruturais e conjunturais) as quais o país passou ao longo desse processo histórico.

O fato do anticomunismo ainda está vivo na sociedade brasileira, comprova por si só que se trata de uma estrutura do imaginário político-religioso da população brasileira. Desprovido de racionalidade histórica, porém, bem utilizado pela racionalidades da pragmática política, pois, o perigo vermelho impetrado pela intento comunista e pela Revolução cubana já inexistem, sendo o anticomunismo apresentado antes como uma ofensa moral do que como um posicionamento político. No âmbito religioso, essa nova onda anticomunista, Tem como principal ator social não mais o catolicismo, mas as Igrejas Evangélicas Pentecostais.

Referências

BESEN, J. A. **História da Igreja no Brasil: e o evangelho acolhido pelos pobres.** Florianópolis: Mundo e Missão, 2012



BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. RJ: Bertrand Brasil, 2001.

JOSAFHAT, F. C. **Evangelho e Revolução Social**. 3ª ed. SP: Loyola, 2002

SAGANFREDO, S. UNE, **Instrumento de Subversão**. RJ: GDR, 1963

SCHOOYANS, M. **O comunismo e o Futuro da Igreja no Brasil**. SP: Herder, 1963.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, SP: Perspectiva/Fapesp, 2002.

PORTAL G1- 01/09/2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2025/09/01/bispo-de-goias-pede-que-nossa-senhora-livre-brasil-do-comunismo.ghtml>. Acesso em: 13/11/2025

Fontes

Revista Eclesiástica Brasileira (REB), v. 26. Fasc. 1 a 4. Petrópolis: Vozes, 1964

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), v. 10, nº 103 a 114. RJ: CRB, 1964